

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.506.446 - RJ (2019/0142855-2)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**AGRAVANTE** : BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN  
**ADVOGADO** : PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL  
**AGRAVADO** : MANOEL LEITE RIBEIRO NETO - ESPÓLIO  
**AGRAVADO** : MARLAN CORREA MACHADO - INVENTARIANTE  
**ADVOGADO** : JOÃO LUIZ DO AMARAL VERGUEIRO - RJ014646

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CADERNETA DE POUPANÇA. DEPÓSITOS BLOQUEADOS PELA MP N. 168/90, CONVERTIDA NA LEI N. 8.024/90. PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS. SENTENÇA ILÍQUIDA. ÓBITO DO AUTOR. HABILITAÇÃO DOS SUCESSORES. PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA. RECURSO DESPROVIDO.

I - Agravo de Instrumento contra decisão que deixou de reconhecer a prescrição da pretensão executória.

II - Em se tratando do Banco Central do Brasil, uma autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, aplica-se o prazo prescricional quinquenal previsto no artigo 1º do Decreto nº 20.910/1932 c/c artigo 2º do Decreto-Lei nº 4.597/1942. Precedentes.

III - Considerando-se que a execução prescreve no mesmo prazo da prescrição da ação, consoante o enunciado da Súmula nº 150 do C. Superior Tribunal de Justiça, forçoso concluir que o prazo prescricional da ação executiva, no caso concreto, é quinquenal.

IV - Como o título executivo estabelecido no processo de conhecimento não firmara o *quantum debeatur*, somente se poderá falar em inércia do credor em propor a execução após efetivada a liquidação da sentença.

V - Ante a iliquidez da dívida, verifica-se que a pretensão executória autoral em face do BACEN não está fulminada pela prescrição.

VI - No que se refere à sucessão processual, o C. STJ já se manifestou quanto à ausência de norma legal que imponha um limite de tempo para a habilitação de sucessores em caso de falecimento da parte. Precedentes.

# Superior Tribunal de Justiça

VII - O óbito da parte impõe a suspensão do processo e abre oportunidade de habilitação dos herdeiros, sem que corra prazo prescricional, em virtude de inexistência de prazo legal específico, sendo certo que a suspensão do processo opera-se retroativamente, com efeitos *ex tunc*, porquanto é meramente declaratório o reconhecimento do evento morte.

VIII - Suspenso o processo em razão do falecimento da parte, este só retomará seu curso após a habilitação dos sucessores ou a prova de que, intimados a fazê-lo, silenciaram, desinteressando-se, assim, da sorte da causa.

IX - Agravo de Instrumento desprovido" (fl. 227e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 232/238e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.

I - Embargos de Declaração opostos objetivando sanar suposta omissão existente no v. acórdão de fls. 227/228, que negou provimento ao Agravo de Instrumento.

II - O acórdão embargado adotou fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia.

III - A questão da inoccorrência da prescrição foi devidamente enfrentada pelo acórdão embargado, o qual explicitou que 'Como o título executivo estabelecido no processo de conhecimento não firmara o *quantum debeatur*, somente se poderá falar em inércia do credor em propor a execução após efetivada a liquidação da sentença' (fl. 227), não havendo que se falar em omissão quanto ao ponto.

IV - No que concerne à necessidade de liquidação, cumpre asseverar que, na data do trânsito em julgado, ocorrido em 25/09/2000, o código de processo civil então vigente previa a liquidação por cálculos antes do procedimento executório.

V - Não merece prosperar a alegação de ocorrência de prescrição em razão da extinção da liquidação por cálculos pela Lei nº 10.444/2002, haja vista que, da data de entrada em vigor de tal diploma legal - em agosto de 2002 - até a data do óbito do autor - em 01/12/2006 -, não decorreu o prazo prescricional de cinco anos.

VI - O compulsar dos autos originários revela a inexistência de inércia da parte autora, eis que, após o trânsito em julgado do processo

# *Superior Tribunal de Justiça*

cognitivo, deu regular impulso ao feito, promovendo diligências nos autos para obtenção de extratos bancários junto às instituições financeiras em que as cadernetas de poupança se encontravam.

VII - No julgamento de Embargos de Declaração referentes ao REsp 1.336.026/PE, o C. STJ proferiu decisão modulando os efeitos do acórdão a partir de 30/06/2017, determinando que 'para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017'.

VIII - Considerando-se a inexistência de omissão ou de qualquer outro vício previsto no Diploma Processual Civil vigente, inviável é a atribuição de efeitos modificativos aos Embargos de Declaração, consoante entendimento consolidado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes.

IX - Embargos de Declaração desprovidos" (fls. 246/247e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação ao art. 475-B, §§1º e 2º, do CPC/73, sustentando que: a) "foi completamente extinta a liquidação por cálculos no direito brasileiro pela Lei nº 10.444, de 2002. A partir de então, existem somente duas modalidades de liquidação: por artigos e por arbitramento" (fl. 256e); b) "o credor deve ou pode, desde o trânsito em julgado do título executivo judicial, propor a execução, apresentando o valor que considera devido" (fl. 256e); c) "de acordo com o entendimento firmado pelo STJ sob o rito dos recursos repetitivos, não há necessidade de liquidação, nem suspensão ou interrupção do prazo prescricional imputável à demora na obtenção de documentos perante a administração ou junto a terceiros" (fl. 259e); d) "tendo transcorrido o prazo de cinco anos, quando devedora a Fazenda Pública, incidirá o lapso prescricional quanto à execução" (fl. 266e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial

Não foram apresentadas contrarrazões.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 325/328e), foi interposto o presente Agravo (fls. 332/342e).

Não foi apresentada contraminuta.

A irresignação não merece prosperar.

Acerca da controvérsia, constou do acórdão que julgou os Embargos Declaratórios:

# Superior Tribunal de Justiça

"A questão da inoccorrência da prescrição foi devidamente enfrentada pelo acórdão embargado, o qual explicitou que 'Como o título executivo estabelecido no processo de conhecimento não firmara o *quantum debeatur*, somente se poderá falar em inércia do credor em propor a execução após efetivada a liquidação da sentença' (fl. 227), não havendo que se falar em omissão quanto ao ponto.

**No que concerne à necessidade de liquidação, cumpre asseverar que, na data do trânsito em julgado, ocorrido em 25/09/2000, o código de processo civil então vigente previa a liquidação por cálculos antes do procedimento executório.**

**Por outro lado, verifica-se que não merece prosperar a alegação de ocorrência de prescrição em razão da extinção da liquidação por cálculos pela Lei nº 10.444/2002, haja vista que, da data de entrada em vigor de tal diploma legal - em agosto de 2002 - até a data do óbito do autor - em 01/12/2006 -, não decorreu o prazo prescricional de cinco anos.**

Não se pode olvidar, outrossim, a inexistência de inércia da parte autora, eis que, após o trânsito em julgado do processo cognitivo, deu regular impulso ao feito, promovendo diligências nos autos para obtenção de extratos bancários junto às instituições financeiras em que as cadernetas de poupança se encontravam" (fl. 244e).

Do exposto, constata-se que o recorrente não infirmou, de forma específica, os fundamentos suficientes destacados, utilizados pelo Tribunal de origem. Destarte, incide, na espécie, a Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"), por analogia.

Ademais, a reversão do entendimento adotado pelo Tribunal **a quo**, no sentido de que não houve o decurso do prazo prescricional, inexistindo inércia da parte autora, exigiria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

**"ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. LIQUIDAÇÃO. REQUISITOS: LAPSO TEMPORAL E INÉRCIA DO EXEQUENTE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AUSÊNCIA DE LETARGIA DO CREDOR. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. TERMO INICIAL: EFETIVA LIQUIDAÇÃO. FUNDAMENTOS INATACADOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA 283/STF.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. O Superior Tribunal de Justiça possui farta jurisprudência no sentido de que a liquidação é fase do processo de cognição, só sendo possível iniciar a execução se o título, certo pelo trânsito em julgado da sentença de conhecimento, estiver líquido (cf. AgRg no AREsp 214.471/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe 4/2/2013 (AgRg no AREsp 325.162/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/8/2013, DJe 30/8/2013).

2. **No caso, a Corte de origem entendeu que, em se tratando de sentença ilíquida, o prazo prescricional para execução somente se inicia quando aperfeiçoado o respectivo título. Assim, constata-se que a revisão de tais premissas quanto à demora na elaboração do título a ser liquidado encontra óbice na Súmula 7/STJ, por necessitar de revolvimento fático-probatório dos autos.**

3. A recorrente não impugnou os fundamentos do acórdão de que não houve inércia por parte do exequente e, em especial, de que o termo inicial seria da data da efetiva liquidação do julgado, o que atrai a incidência da Súmula 283/STF, verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles." Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.499.557/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/02/2015).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **não conhecer** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora